

Cátia Antunes\*

## **A história da análise de redes e a análise de redes em história**

**R E S U M O** | O presente artigo tem como objectivo principal a definição do conceito de 'redes' aplicado à investigação histórica e a apresentação do estado da arte do debate interdisciplinar em torno deste mesmo conceito. Inicia-se com uma visão global e revisionista da análise de redes em termos interdisciplinares, passando depois à sua aplicação à disciplina histórica, chamando a atenção do leitor para processos inerentes a situações de conflito e cooperação no seio de redes e o potencial que este tipo de análise tem para o historiador interessado na História Económica e Social.  
Palavras Chave: Análise Histórica – Redes – Organização de Redes - Cooperação

**A B S T R A C T** | This article defines the concept of network when applied to historical research, underlining the importance of social network analysis for historical studies. The article starts with a state of the art regarding the conceptualization, definition and application of the concept 'networks' to different disciplines, moving then towards the effects of this type of analysis among historians dedicated to themes of Economic and Social History in general.  
Keywords: Social Network Analysis – Networks – Self-Organization – Cooperation

O presente artigo tem como objectivo principal a definição do conceito de 'redes' aplicado à investigação histórica e a apresentação do estado da arte do debate interdisciplinar em torno deste mesmo conceito.

Mark Casson definiu pela primeira vez o conceito de 'redes' aplicado ao estudo da história económica e social em 2005. De acordo com as suas premissas teóricas, o conceito de 'rede' *'comprises a web of long-term co-operative relationships between firms. It is distinctive because the relationship between the firm is not authoritarian like an employment relationship, and it differs from a spot market relationship because it involves a long-term commitment. It is intermediate between firm and market because, like the employment relationship, it is long-term, whilst like the spot market relationship, it involved firms of equal status'*<sup>1</sup>

A proposta conceptual de Casson gira em torno de três pressupostos: a durabilidade (longo termo), relacionamento (simbiótico) e funcionalidade (intermediário). Estes três pressupostos regem as interações socioeconómicas entre indivíduos e, como tal, determinam a constituição

---

\* Universidade de Leiden

<sup>1</sup> Mark Casson, "Economic Analysis of Social Networks", *Actas del X Simposio de Historia Económica. Análisis de Redes en la Historia Económica*, Bellaterra: cd-rom, 2005.

de redes entre os mesmos em diversos períodos históricos.<sup>2</sup>

No entanto, o génesis da conceptualização do termo 'redes' e dos seus pressupostos teóricos não data do século XXI. Ele é o fruto de um longo processo de diálogo e debate interdisciplinar, nomeadamente entre antropólogos, sociólogos, historiadores e economistas. Este debate interdisciplinar e alargado é geralmente enunciado como 'análise social de redes'.<sup>3</sup>

A análise social de redes iniciou-se como movimento teórico nas ciências sociais durante os anos 30 do século XX, pela mão de investigadores alemães ligados ao movimento *Gestalt*, que incluía psicólogos, geógrafos e filósofos.<sup>4</sup>

Para a maioria dos participantes no *Gestalt*, as relações interpessoais entre indivíduos aos mais diversos níveis provia o ser humano com reacções positivas e negativas, vistas como potenciais de realização de objectivos ou como obstáculos ao desenvolvimento pessoal e social.<sup>5</sup> Porém, o elemento essencial na forma como cada indivíduo reagia a este tipo de estímulos dependia do contexto físico e geográfico em que este se encontrava inserido.<sup>6</sup>

As teorias do movimento *Gestalt* foram incorporadas, em primeira instância, por investigadores ligados às ciências exactas que traduziram rapidamente os princípios teóricos dos seus precursores alemães em representações gráficas das relações interpessoais entre vários indivíduos e as reacções que delas advinham.<sup>7</sup>

A representação gráfica e visual dos princípios do *Gestalt* retornou ao domínio das ciências sociais de uma forma definitiva sob a influência da escola anglo-saxónica do pós-guerra, liderada pelos grupos de investigação sediados nas principais universidades norte-americanas. Para eles, a importância das teorias de homens como Köhler, König ou Lewin não se reduzia à representação gráfica de redes de relacionamento de indivíduos, mas antes à representação matemática do comportamento de elementos individuais nas redes humanas e a forma como os seus padrões de comportamento se reflectiam no grupo, marcando, portanto, uma transição na análise de redes de uma perspectiva centrada no indivíduo e sua relação com o meio envolvente, para uma perspectiva que girava em torno do grupo *per se*.

Para os investigadores norte-americanos sediados em Harvard e Yale, a discussão sobre o papel de redes no estudo do indivíduo deveria privilegiar as decisões racionais e irracionais de cada um, tendo em conta, por um lado, os processos e mecanismos de acção individual de cada ser humano de acordo com o seu livre arbítrio e (ir)racionalidade e, por outro lado, as reacções do grupo a essas acções individuais, com particular destaque para processos reactivos de estímulo ou exclusão do indivíduo de uma determinada rede.

O resultado da acérrima discussão entre Harvard e Yale resultou num acordo de princípio segundo o qual as acções de um determinado indivíduo influenciam as reacções dos membros

<sup>2</sup> Mark Casson, "Networks in Economic and Business History: a Theoretical Perspective", *German Historical Institute London Bulletin Supplement*, 2 (2011), 17-49. Mark Casson, "Entrepreneurship: Theory, Institutions and History. Eli F. Heckscher Lecture, 2009", *Scandinavian Economic History Review*, 58-2 (2010), 139-170. Mark Casson e M. Della Giusta, "Entrepreneurship and Social Capital: Analyzing the Impact of Social Networks on Entrepreneurial Activity from a Rational Action Perspective", *International Small Business Journal*, 25 (2007), 220-244.

<sup>3</sup> Tradução do inglês 'social network analysis'. Devido aos seus princípios conceptuais e teóricos, a tradução portuguesa deverá ser 'análise social de redes' ao invés do comumente utilizado 'análise de redes sociais'.

<sup>4</sup> August Lösch, *The Economics of Location* (2a edição, New Haven: Yale University Press, 1954). Walter Christaller, *Die zentralen Orte in Süddeutschland* (Jena: Gustav Fischer, 1933). Wolfgang Köhler, *The Mentality of Apes*, (New York: K. Paul, Trench, Trubner & Co, Ltd, 1925), em especial a introdução.

<sup>5</sup> J. Moreno, *Who Shall Survive?* (New York: Beacon Press, 1934).

<sup>6</sup> K. Lewin, *Field Theory in the Social Sciences* (New York: Harper, 1951). K. Lewin, *Principles of Topologic Psychology* (New York: McGraw Hill, 1936).

<sup>7</sup> D. König, *Theorie der Endlichen und Unendlichen Graphen* (New York: Chelsea, 1936).

da rede em que esse indivíduo se insere. Essas reacções (negativas e positivas) determinam o lugar que cada indivíduo conquista no interior de cada rede, abrindo assim a porta para uma relação directa entre o papel do indivíduo, a sua inclusão (ou exclusão) numa rede e o seu estatuto social, económico, político ou cultural.<sup>8</sup> Como tal, os investigadores norte-americanos enunciaram como hipótese a possibilidade de cada indivíduo ter uma necessidade social de sobrevivência que o obriga, em todos os momentos da sua vida, desde o nascimento até à sua morte, a tomar parte em redes múltiplas, para que as possíveis reacções negativas (que em último caso podem levar à sua exclusão) da rede possam ser colmatadas ou compensadas pelo apoio dado por redes alternativas em que o indivíduo se insira.<sup>9</sup>

Se o fim da Segunda Guerra Mundial viu os investigadores norte-americanos cada vez mais absorvidos pelos mecanismos que determinam a hierarquia dos indivíduos no interior das redes, no Reino Unido a discussão avançou para uma avaliação alternativa de mecanismos e processos de relação entre indivíduos no seio das redes.

Liderado por um grupo de antropólogos e sociólogos, a universidade de Manchester tornou-se num centro inovador de estudos sobre análise de redes. Com nomes como John Barnes, Elizabeth Bott e James Mitchell, e tendo como pano de fundo as teorias de Max Gluckman em voga durante os anos 50 e 60, a escola inglesa dedicou-se a uma análise profunda de situações de conflito e dialéctica no seio das redes.

Ao analisar as situações de conflito emergentes em determinadas comunidades, na sua maioria dependentes de sistemas de redes para a sua sobrevivência física e social, Barnes e Bott expuseram as circunstâncias que conduziam a situações antagonistas e de conflito no interior de uma rede e a forma em que elas se tornavam determinantes para as relações de influência, poder e hierarquia nessa mesma rede.<sup>10</sup> Uma vez que mesmo os antagonismos mais primários, quando potencializados por vários indivíduos no interior da mesma rede, punham em risco a integridade e, portanto, a sobrevivência dessa mesma rede, Bott alvitrou pela primeira vez a possibilidade de se utilizar a análise de redes como um instrumento de investigação que pudesse conduzir a uma compreensão mais abrangente dos mecanismos de confiança e lealdade implícitos na manutenção de um sistema social de redes ou ausentes no momento em que a estrutura dessas mesmas redes se alterava devido à quebra dos laços de dependência entre os seus participantes.<sup>11</sup>

Se Barnes havia privilegiado, em primeiro lugar, as relações interpessoais e a sua influência nas continuidades e alterações no interior das redes, e se Bott defendeu acima de tudo a utilização do estudo de redes como instrumento de trabalho para compreender as associações interpessoais nas redes, Mitchell transportou os princípios teóricos dos seus colegas para um nível analítico que prescrevia o tratamento de redes estruturadas em torno de ligações pessoais entre indivíduos. Para ele, as ligações interpessoais eram baseadas em dois princípios distintos. O primeiro era baseado na ideia de troca. Neste caso, as trocas poderiam implicar a permuta de bens, serviços ou informação de natureza diversa. O segundo assumia a imposição de regras e normas sociais conducentes a uma uniformização de comportamentos individuais e regulamentação do funcionamento da rede.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> E. Mayo, *The Social Problems of an Industrial Civilization* (London: Routledge & Kegan Paul, 1946). E. Mayo, *The Human Problems of an Industrial Civilization* (Cambridge MA: MacMillan, 1933).

<sup>9</sup> W. L. Warner e P.S. Lunt, *The Status System of a Modern Community* (New Haven: Yale University Press, 1939). W. L. Warner e P.S. Lunt, *The Social Life of a Modern Community* (New Haven: Yale University Press, 1941).

<sup>10</sup> J. A. Barnes, "Class and Commitment in a Norwegian Island Parish", *Human Relations* 7 (1954), 39-58.

<sup>11</sup> E. Bott, *Family and Social Network* (London: Tavistock, 1957). E. Bott, "Urban Families: the Norms of Conjugal Rules", *Human Relations* 9 (1956), 325-342. E. Bott, "Urban Families: Conjugal Roles and Social Networks", *Human Relations* 8 (1955), 345-384.

<sup>12</sup> J. C. Mitchell (ed.), *Social Networks in Urban Situations* (Manchester: Manchester University Press, 1969), com especial ênfase para o seu próprio capítulo intitulado 'The Concept and Use of Social Networks'.

Duas das grandes contribuições de Barnes, Bott e Mitchell foram a introdução de uma diferenciação clara entre uma análise social de redes centrada no indivíduo e nas suas ações (redes *ego*) e uma análise social de redes que gira em torno de uma análise parcial da rede, com maior ênfase sobre a estrutura da mesma (redes *alter*).

A análise simultânea de redes *ego* e *alter* criou uma necessidade quase imediata de delineamento de factores de análise que pudessem sustentar uma abordagem teórica que se queria paralela, mas que se desejava integrada. Para tal, foi Mitchell, mais uma vez, quem sugeriu os cinco factores que considerava mais importantes para a participação de um indivíduo numa rede e para a sustentabilidade dessa mesma rede, nomeadamente a intensidade, a durabilidade e a reciprocidade no que respeita ao relacionamento interpessoal, e a acessibilidade e densidade no que respeita à rede.

Infelizmente, os factores de Mitchell não foram suficientes para contrariar uma onda crescente de fragmentação e dispersão teórica em que individualistas e estruturalistas partiram, senão em direcções opostas, pelo menos por caminhos divergentes de análise.

Os estruturalistas, directa ou indirectamente ligados ao trabalho desenvolvido por Harrison White em Harvard, passaram a defender uma análise unitária de redes, a partir da construção de modelos onde o indivíduo desaparece silenciosamente na miríade de gráficos e representações gráficas da funcionalidade de cada rede.<sup>13</sup> Esta funcionalidade é reduzida a uma inventariação dos fundamentos sociais de cada rede e, ao fazê-lo de uma forma sistemática, descreve de uma forma exaustiva as estruturas sociais inerentes à existência de redes.

Embora os estruturalistas tenham ganho terreno durante os anos 70 e 80 do século passado, o resultado das suas investigações deve ser examinado de uma forma crítica, especialmente no que diz respeito à recolha de elementos para uma análise universal de rede. Isto porque uma investigação quantitativa de universos unitários e totais obriga, na maior parte dos casos, a uma definição clara e inequívoca dos limites do dito estudo, limites esses que contrariam, em primeira e última instância, a razão de ser de um estudo de redes, nomeadamente o potencial que advém de uma análise de um número ilimitado de relações interpessoais e os pressupostos teóricos que daí podem advir.

Mas White e os seus discípulos foram ainda mais longe. Para eles, o ênfase na análise de redes como estruturas unitárias deve ser acompanhado por um estudo exaustivo das relações entre redes de indivíduos e factores externos (outros indivíduos ou outras redes), sem que para isso haja necessariamente uma ligação directa entre ambos.<sup>14</sup> Este tipo de trabalhos acentua, portanto, uma viragem radical nas premissas teóricas no estudo social de redes, uma vez que privilegia uma abordagem que reflecte uma procura incessante de estruturas que não se encontram visíveis ou que podem não ser lógicas do ponto de vista do indivíduo, mas que existem a nível estrutural, ultrapassando as limitações impostas pelas abordagens que privilegiam somente o registo das relações interpessoais no interior de uma rede.

Os estudos de White dos anos 70 não reflectem, porém, a sua visão actual, recuperada e exonerada pelas suas publicações conjuntas com Ann Mische no final dos anos 90 e enaltecidos por Hannah Knox, Mike Savage e Penny Harvey no seu artigo de 2006.<sup>15</sup> Mische e White mantêm os princípios estruturalistas dos anos 70, embora privilegiem, agora, as dinâmicas internas de cada rede. Estas dinâmicas são vistas como potenciais factores de destabilização interna e

<sup>13</sup> H. C. White, *Chains of Opportunity: System Models of Mobility in Organization* (Cambridge MA: Harvard University Press, 1970). H. C. White, *An Anatomy of Kinship* (Englewood Cliffs NJ: Prentice-Hall, 1963).

<sup>14</sup> H. C. White, S. A. Boorman e R. A. Breiger, "Social Structure from Multiple Networks 1: Blockmodels of Roles and Positions", *American Journal of Sociology*, 81 (1976), 730-781.

<sup>15</sup> A. Mische e H. White, "Between Conversation and Situation: Public Switching Dynamics Across Network Domains", *Social Research*, 65 (1998), 695-724. A. Mische, "Cross-Talk in Movements: Reconciling the Culture-Network Link", in M. Diani e D. McAdam (eds.), *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action* (Oxford: Oxford University Press, 2003), 258-280. H. Knox, M. Savage e P. Harvey, "Social Networks and the Study of Relations: Networks as Method, Metaphor and Form", *Economy and Society*, 35-1 (2006), 113-140.

como provocadoras de reacções preventivas por parte dos indivíduos que as compõem.

Um dos mecanismos utilizados por membros anónimos de uma rede para prevenir possíveis factores destabilizadores da sua posição nessa mesma rede é a participação em múltiplas redes com objectivos díspares, pelo que se torna essencial para o investigador compreender os processos e mecanismos associados a uma movimentação, senão de indivíduos, pelo menos das suas lealdades de uma rede para a outra. É exactamente neste ponto que os estruturalistas convergiram de novo com os individualistas, isto porque a questão da manipulação, participação e dinâmica de indivíduos em redes múltiplas é algo que os individualistas defendiam desde os anos 70.

Mark Granovetter e Jeremy Boissevain são, provavelmente, os dois individualistas que maior impacto tiveram durante a década de 70, sendo também eles apologistas de uma aproximação entre individualistas e estruturalistas.

O trabalho de Granovetter tem como ponto fulcral a relação entre indivíduos no interior de uma ou mais redes. Ao classificar as relações interpessoais como laços fortes ou fracos, impõe, pela primeira vez, uma qualificação na tipologia de relação entre membros do mesmo grupo ou destes com indivíduos que se situam fora do universo da rede primária.

No universo de Granovetter, laços fortes são determinados por relações próximas entre membros numa mesma rede, dando ele como exemplo os laços de parentesco e de amizade. Embora estes laços fortes de proximidade sejam positivos no que respeita à integração e apoio ao indivíduo, esses mesmos laços são menos positivos quando abordamos as necessidades do indivíduo do ponto de vista de trocas recíprocas, enunciadas por Bott e Mitchell. Isto é, redes cujos membros se encontram ligados somente por laços fortes dispõem de um universo monótono para a partilha de informação.<sup>16</sup>

Uma vez que a mais-valia de uma rede é exactamente o fornecimento de informação que promova a reciprocidade, uma rede dominada por laços fortes é menos eficiente do que uma rede dominada por laços fracos. Isto porque os laços fracos posicionam os membros da rede a uma distância social considerável uns dos outros, o que os obriga a procurarem o apoio de grupos alternativos que possam dispor de informação suficiente ou complementar que responda às necessidades de reciprocidade impostas pelos outros membros da rede.

Se as acções individuais são determinadas pela necessidade de reciprocidade, esta constatação tem implicações sérias para a epistemologia do estudo de redes. Na realidade, o que Granovetter propõe é a impossibilidade de um indivíduo pertencer somente a uma rede, invalidando, por isso, a importância suprema da *ego* rede. Para ele, indivíduos e redes só têm vantagens se cada indivíduo se situar em diferentes espaços, nas diferentes redes.

Daí que para este autor, as *ego* redes são necessariamente povoadas por indivíduos que mantêm laços fortes, sendo esses mesmos laços obstáculo principal para a manutenção ilimitada de reciprocidade. Por isso, todos os membros das *ego* redes vêem-se forçados a tomar parte em *alter* redes, essas sim, potenciadoras de reciprocidade e, portanto, em melhor posição para servir os objectivos de cada indivíduo.<sup>17</sup>

A proposta de Granovetter de que *ego* e *alter* redes são contíguas, interdependentes e, em determinados contextos, mesmo simbióticas gerou uma necessidade teórica de estabelecimento de critérios para uma avaliação séria das acções de indivíduos que se vêem como membros de redes múltiplas e as problemáticas que daí advém.

Jeremy Boissevain vê o indivíduo participante numa rede como um elemento manipulador

<sup>16</sup> M. Granovetter, "The Strength of Weak Ties", *American Journal of Sociology*, 78-6 (1973), 1360-1380.

<sup>17</sup> M. Granovetter, "The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revised", *Sociological Theory* 1 (1983), 201-233.

da sua realidade que responde, em primeira instância, às suas necessidades egoístas. Por esta razão, este autor considera todos os espaços de interacção social, tais como sejam instituições, grupos ou alianças, como redes dinâmicas em que cada indivíduo compete pelos recursos necessários ao preenchimento dos seus objectivos.<sup>18</sup> Portanto, Boissevain vê a sociedade em geral como uma rede composta por uma série de sub-redes, governada pela racionalidade egocêntrica de cada indivíduo.

Numa tentativa de sistematizar a sua visão, Boissevain sugere uma análise teórica de redes a partir de um conjunto de critérios binários estruturais e critérios de interacção.

Os critérios estruturais privilegiam uma avaliação do tamanho, densidade, conectividade, centralidade e agrupamento de cada indivíduo *vis-à-vis* outros indivíduos no seio da sua *ego* rede ou em relação a sujeitos que povoam as suas *alter* redes.

Se a análise dos critérios estruturais provê o investigador com uma visão absoluta da posição do indivíduo na rede, são os critérios de interacção que determinam o posicionamento relativo do indivíduo e da sua *ego* rede de laços fortes, em relação à miríade de redes que proliferam em todas as sociedades. Para Boissevain, a relatividade relacional de cada indivíduo pode ser avaliada através da diversidade, multiplicidade, direcção, frequência e duração de uma determinada interacção, tenha ela lugar no seio de uma rede *ego*, seja ela uma tentativa de ligação a redes *alter*.<sup>19</sup>

A multiplicidade de interacções, radicadas no comportamento egocêntrico de cada sujeito, conduz a uma definição de identidade individual e de grupo. Embora este processo possa ser classificado como uma bipolaridade social, na realidade é esta multiplicidade de interacções que gera percepções de identidade, que não pode ser vista como unitária, mas em contínuo devir. Daí que muitos estudos históricos, em que o instrumento de análise é uma abordagem de redes, se confrontem com uma problemática de identidade, muitas vezes justificada pela proveniência social, religiosa, política ou económica dos indivíduos que fazem parte da rede, quando, na realidade, a definição de identidade no interior de uma rede é uma realidade fluida, múltipla e abrangente.<sup>20</sup>

Foi exactamente esta questão das identidades que atraiu os historiadores para a análise social de redes. Para a maioria dos historiadores, as questões de identidade levantadas pelos estudos de redes não são interessantes do ponto de vista do indivíduo, mas do grupo e a forma como este último evolui num determinado período histórico, agindo e reagindo em contextos históricos e geográficos divergentes.

Os indivíduos que mais atenção têm recebido dos historiadores interessados na análise de redes em história têm sido os mercadores ou comerciantes. Isto porque eles são, por definição profissional, sujeitos que necessitam das redes para a sua sobrevivência socioeconómica.

Sanjay Subrahmanyan foi o primeiro historiador a compilar uma colecção de estudos sobre mercadores e suas redes sociais e económicas. Na obra *Merchant Networks in the Early Modern period*, Subrahmanyan defende uma abordagem multifacetada de cada mercador, independentemente do contexto geográfico em que este se encontre, e a forma como as características das suas *ego* redes interagem com as *alter* redes. Para tal, os temas de eleição para esta análise foram as características egocêntricas de cada indivíduo, a sua etnia, religião e escolha de parceiro, reconstituindo, a partir destes factores de análise, as relações de rede e hierarquias no interior de

<sup>18</sup> J. Boissevain, *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions* (Oxford: Basil Blackwell, 1974), 5 e 9.

<sup>19</sup> Mary Noble, "Social Network: Its use as a conceptual framework in family analysis", in J. Boissevain e C.J. Mitchell (eds.), *Network Analysis: studies in human interaction*, (The Hague: Mouton, 1973), 3-13. C. Mitchell, "Networks, norms and institutions", in J. Boissevain e C.J. Mitchell (eds.), *Network Analysis: studies in human interaction* (The Hague: Mouton, 1973), 15-35.

<sup>20</sup> J. Boissevain, "Second Thoughts on Quasi-Groups, Categories and Coalitions", *Man*, 6-3 (1971), 468-472.

determinadas redes comerciais.<sup>21</sup>

Embora o trabalho de Subrahmanyam e dos seus co-autores faça referência a alguns processos de conectividade no interior das redes comerciais das quais provê um estudo de caso, o resultado final da sua obra não é, de facto, uma abordagem sistemática do que é uma rede ou tão pouco da sua funcionalidade interna face aos indivíduos que a compõem. Na realidade, os autores apresentam ao público uma descrição aturada da interacção de indivíduos provenientes de grupos religiosos e étnicos diferentes, inseridos em comunidades díspares, e a forma como estes indivíduos funcionavam como mediadores culturais ou agentes dessas mesmas comunidades, não preenchendo estas conclusões os parâmetros básicos impostos por antropólogos e sociólogos para o estudo de redes.<sup>22</sup>

A contribuição de Subrahmanyam para a historiografia é inquestionável e o seu trabalho chamou a atenção dos historiadores para este instrumento de trabalho que é a análise social de redes. Por essa razão, pese embora o resultado final do seu trabalho não ter sido, de facto, a realização de uma análise de redes aplicada à história, foi sem dúvida um incentivo a incluir esta temática na historiografia do século XXI e a promovê-la a categoria de análise histórica.

Ao identificar algumas das deficiências já acima mencionadas no trabalho de Subrahmanyam, António Molho e Diogo Ramada Curto abriram uma nova era no estudo de redes em história. Recusando aceitar uma perspectiva descritiva e imóvel de redes, comunidades e indivíduos, e sob os auspícios do European University Institute de Florença, Molho e Curto editaram uma colecção de artigos dedicados à análise social de redes.<sup>23</sup>

Das discussões saídas da escola de Florença salienta-se, por um lado, um retorno às dificuldades implícitas no estudo da identidade de indivíduos, comunidades e redes, despoletado pelos estudos de Boissevain, e, por outro lado, a abertura de mais uma linha de inquérito histórico, nomeadamente a compreensão da funcionalidade das redes não tanto do ponto de vista sócio-antropológico, mas económico.<sup>24</sup>

Com efeito, as questões de identidade em comunidades e actores históricos, e a sua relação com a constituição de redes, foram assumidas por historiadores cujo trabalho se debruçou sobre as comunidades mercantis em diáspora, sendo os casos mais conhecidos os dos judeus e dos arménios. Deste grupo, salientam-se as contribuições revolucionárias de Sebouh Aslanian, Jonathan Israel e Miriam Bodian.<sup>25</sup>

O que Aslanian, Bodian e Israel têm em comum é que a sua concepção de rede se encontra radicada na constituição de comunidades por indivíduos que partilham o mesmo substrato cultural, representado primeiramente por uma prática linguística e religiosa.

Por outro lado, o que distingue os livros de Bodian e Israel dos artigos de Aslanian é o

<sup>21</sup> S. Subrahmanyam (ed.), *Merchant Networks in the Early Modern World* (Variorum: Ashgate, 1996).

<sup>22</sup> Subrahmanyam recupera, em certa medida, a definição de mediador cultural em relações económicas defendida por Philip Curtin em meados dos anos 80. Vide: Philippe Curtin, *Cross-Cultural Trade in World History* (Cambridge: Cambridge University Press, 1984). O trabalho desenvolvido por Curtin, embora de grande relevância, teve como precursor o artigo de Edna Bonacich. Vide: Edna Bonacich, "A Theory of Middleman Minorities", *American Sociological Review*, 38-5 (1973), 583-594.

<sup>23</sup> Diogo Ramada Curto e Anthony Molho (eds.), *Commercial Networks in the Early Modern World*, EUI Working Paper HEC nr 2002/2 (Florence: European University Institute, 2002). Anthony Molho e Diogo Ramada Curto (eds.), *Finding Europe. Discourses on Margins, Communities, Images ca. 13<sup>th</sup> - c. 18<sup>th</sup> centuries* (New York: Bergahn Books, 2007).

<sup>24</sup> Esta ideia aparece subentendida no trabalho de Curto e Molho de 2002, mas é claramente veiculada no artigo de Francesca Trivellato, "Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period", Diogo Ramada Curto e Anthony Molho (eds.), *Commercial Networks in the Early Modern World*, EUI Working Paper HEC nr 2002/2, 59-89.

<sup>25</sup> Miriam Bodian, *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam* (Bloomington: Indiana University Press, 1997). Jonathan I. Israel, *Diasporas within a Diaspora: Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740)* (Leiden: Brill, 2002). Sebouh Aslanian, "Trade Diaspora versus Colonial State: Armenian Merchants, the English East India Company, and the High Court of Admiralty in London, 1748-1752", *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 13-1 (2004), 37-100.

facto de os primeiros privilegiarem uma análise da rede *ego*, isto é, dos indivíduos que na comunidade tinham laços fortes entre si, como prescritos por Granovetter, ao passo que Aslanian privilegia os laços fracos entre determinados indivíduos da comunidade e as redes *alter*. Daí que o trabalho de Aslanian enfatize os mecanismos de controlo, formais e informais, no seio de uma determinada rede alter, abrindo espaço de negociação e entendimento entre esse universo e o da rede *ego*.<sup>26</sup>

Partindo-se da ideia que a análise de redes podia ser aplicada ao estudo de indivíduos, comunidades e redes na diáspora, surgiu uma onda de publicações, na sua maioria descritiva, das acções de redes específicas, em determinados períodos históricos, em determinados contextos geográficos, normalmente privilegiando indivíduos integrados em comunidades consideradas minoritárias.<sup>27</sup>

As obras acima mencionadas privilegiaram um estudo aprofundado de determinados indivíduos numa rede, levantando questões importantes acerca da identidade desses mesmos indivíduos. Porém, estas publicações afluíram, mais uma vez, a necessidade de se reavaliar o papel da reciprocidade no seio das redes e a forma como essa reciprocidade, ou falta dela, era penalizada por indivíduos, comunidades e redes.

A reciprocidade, em termos socioeconómicos, implica a troca (não necessariamente equitativa) de bens, informação ou capital social. Para tal, é necessário que todos os participantes numa determinada rede acreditem que todos os seus membros se regem por estes princípios de reciprocidade. Esta crença reflecte-se nos laços de confiança que se vão estabelecendo entre os diversos membros e na necessidade de relações entre os mesmos, assim como de um indivíduo em relação às suas redes *ego* e *alter*.

O problema da confiança em redes, especialmente em redes de comércio, tem sido abordado por vários historiadores especialistas em contextos geográficos e épocas históricas diversos. Embora os mecanismos de confiança possam variar de grupo para grupo, de século para século ou de continente para continente, existem premissas gerais comuns que importa salientar.<sup>28</sup>

Em termos simples, a confiança entre membros de uma rede não é uma característica biológica natural, nem mesmo no interior de *ego* redes onde os laços de amizade e parentesco poderiam forçar o indivíduo a respeitar as regras e convenções do grupo para que o índice de confiança aumentasse. Confiança é, portanto, uma característica individual que é construída com o tempo e radica no comportamento sistemático e rotineiro, de respeito pelos princípios e leis que regem a sociabilidade do grupo.

O aumento da confiança é essencial para uma rede. Isto porque sem ela, os custos na transacção de informação, bens ou serviços aumenta. O aumento destes custos provém da ne-

<sup>26</sup> Sebouh Aslanian, "Social Capital, Trust and the Role of Networks in Julfan Trade: Informal and Semi-Formal Institutions at Work", *Journal of Global History*, 1-3 (2006), 383-402. Outros estudos reflectem esta visão. Vide: Steve Murdoch, *Network North: Scottish Kin, Commercial and Covert Associations in Northern Europe, 1603-1746* (Leiden: Brill, 2005). Michel Aghassian and Keram Kevonian, "The Armenian Merchant Network: Overall Autonomy and Local Integration", Sushil Chaudhuri & Michel Morineau (eds.), *Merchants, Companies and Trade: Europe and Asia in the Early Modern Era* (New York: Cambridge University Press, 1999), 74-94. Ina Baghdiants McCabe, Gelina Harlafits & Ioanna Pepelasis Minoglau (eds.), *Diaspora Entrepreneurial Networks: Four Centuries of History* (Oxford: Berg, 2005).

<sup>27</sup> K. Ward, *Networks of Empire: Forced Migration in the Dutch East India Company* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009). R. Kagan e P. Morgan, *Atlantic Diaspora: Jews, Conversos, and Crypto-Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009). D. Studnicki-Gizbert, *A Nation Upon the Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640* (New York: Oxford University Press, 2007).

<sup>28</sup> Inúmeros autores têm vindo a trabalhar o conceito de confiança associado a redes *ego*, *alter* e multiculturais. Deixam-se aqui apenas alguns exemplos. Vide: Y. Ben-Porath, "The F-Connection: Families, Friends, and Firms and the Organization of Exchange", *Population and Development Review* 6 (1980), 1-30. Mark Häberlein, *Kinship, Gender and Business Failure: Merchants' Bankruptcies and Social Relations in Upper Germany, 1520-1620*, EUI Working Paper 98/6, (Florence: European University Institute, 1998). Julian Hoppit, *Risk and Failure in English Business, 1700-1800* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987).



cessidade de contratação de mecanismos formais ou informais de penalização, se por acaso um dos parceiros na rede faltar às suas obrigações, quebrando as regras, implícitas ou explícitas, de sociabilidade na rede.<sup>29</sup> Daí que o aumento da confiança tenha implicações, por um lado, para o custo final dos bens transacionados pela rede e, por outro lado, serve simultaneamente de mecanismo para colmatar os riscos inerentes a lidar com indivíduos, cujas acções radicam na sua (ir)racionalidade.<sup>30</sup>

Um dos melhores casos para o estudo da confiança em redes humanas passa pela avaliação de relações de cooperação entre indivíduos e entre redes, uma vez que essa cooperação exige princípios normativos básicos que todas as partes reconheçam como enformes sociais das relações estabelecidas. Esses princípios normativos poderão ser reconhecidos informalmente através de regras socioculturais no seio do grupo ou registadas por escrito em contratos que respeitem as leis gerais que regem a comunidade.<sup>31</sup>

Francesca Trivellato abordou esta questão da confiança e da cooperação através do seu estudo de relação entre redes *ego* representadas por um grupo sociocultural uniforme (judeus portugueses de Livorno) e redes *alter* (representantes desses mesmos judeus em Lisboa e em Goa). Utilizando uma abordagem em que os princípios de agência ocupam um lugar fulcral na sua investigação, Trivellato privilegia um grupo de homens sem qualquer tipo de ligação de parentesco, amizade ou laços étnicos, apresentando um estudo de redes multiculturais.<sup>32</sup>

O sucesso de uma rede multicultural depende da sua capacidade de promover, regular e inspeccionar os mecanismos de cooperação entre os seus membros. Ao examinar os mecanismos de funcionamento de cooperação na rede que examinou, Trivellato defende uma análise detalhada das instituições económicas e legais que regiam a cooperação multicultural. Ao fazê-lo, Trivellato opõe-se veementemente aos estudos que privilegiam redes de diáspora como exemplos perfeitos da funcionalidade de redes em períodos históricos.

A razão que leva Trivellato a defender a cooperação multicultural entre membros e agentes numa mesma rede é o facto de ela ver nessa cooperação multicultural um mecanismo de redução de riscos e, portanto, de aumento de confiança entre parceiros, reduzindo consequentemente os custos de transacção entre os mesmos. Para assegurar o bom funcionamento desta cooperação, os membros da rede que Trivellato estudou privilegiavam os laços pessoais, os negócios em mercados regulamentados e utilizavam frequentemente contratos sancionados por notários.

A riqueza de fontes com que Trivellato trabalhou, aliada às suas premissas teóricas, resultou numa resposta inequívoca às seguintes questões: *a*) se havia um relacionamento directo entre o *modus operandi* da rede, dependendo da identidade étnico-religiosa do membro ou do agente em questão; *b*) se havia uma cooperação mais ou menos acentuada entre membros e agentes, dependendo do tipo de transacção a executar entre as duas partes.<sup>34</sup>

<sup>29</sup> M. Casson e M. Della Giusta, "The Costly Business of Trust", *Development Policy Review*, 22-3 (2004), 321-342. G. Dhal, *Trade, Trust and Networks. Commercial Culture in Late Medieval Italy* (Stockholm: Nordic Academic Press, 1998). P. Dasgupta, "Trust as a Commodity", D. Gambetta (ed.), *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations* (Oxford: Basil, 1988), 49-72.

<sup>30</sup> F. Trivellato, "Discourse and Practice of Trust in Business Correspondence during the Early Modern Period", [www.econ.yale.edu/seminars/echist/eh04/tr](http://www.econ.yale.edu/seminars/echist/eh04/tr), 30 de Janeiro de 2012. Peter Mathias, "Strategies for Reducing Risk by Entrepreneurs in the Early Modern Period", C. Lesger & L. Noordegraag (eds.), *Entrepreneurs and Entrepreneurship in Early Modern Times. Merchants and Industrialists within the orbit of the Dutch staple market*, (The Hague: Stichting Hollandse Historische Reeks, 1995), 5-24.

<sup>31</sup> X. Lamikiz, *Trade and Trust in Eighteenth Century Atlantic World. Spanish Merchants and their Overseas Networks* (London: The Royal Historical Society, 2010). A. Crespo Solana, *Mercaderes Atlánticos: Redes del Comercio Flamenco y Holandés entre Europa y el Caribe* (Córdoba: Universidad de Córdoba/Cajasur, 2009).

<sup>32</sup> F. Trivellato, *The familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-cultural Trade in the Early Modern Period* (New Haven: Yale University Press, 2009).

<sup>33</sup> *Ibidem*, 3, 8.

<sup>34</sup> *Idem*, 3-4.

A resposta positiva a ambas as questões acima enunciadas levou Trivellato a criticar duramente os princípios teóricos que imperaram sobre os trabalhos de Philip Curtin, Abner Cohen e Avner Greif.

Philip Curtin e Abner Cohen definiram diásporas comerciais como comunidades e/ou redes morais que embora vivessem em dispersão, controlavam e constrangiam os comportamentos dos indivíduos a elas pertencentes, através de medidas de coação social e ritual. Nestes trabalhos, a ênfase recai na ligação simbiótica entre o *ethos* da confiança e a identidade comunitária do indivíduo, reforçando o valor intrínseco do mesmo através dos seus laços de parentesco, religião e etnicidade.<sup>35</sup>

Francesca Trivellato recusa a visão de Curtin e Cohen que classifica como romântica. Isto porque, de acordo com a sua própria investigação, as comunidades mercantis, em diáspora ou de qualquer outra natureza, não coexistiam de forma harmoniosa, não eram corpos sociais coesos e, muitas vezes, não evidenciavam qualquer ligação com a sua classificação étnico-religiosa. Mas Trivellato vai ainda mais longe, acusando Curtin e Cohen de não conseguirem provar que confiança é uma *conditio sine qua non* para a existência de uma comunidade mercantil, organizada em rede ou através de formas corporativas.<sup>36</sup>

Avner Greif, por seu lado, membro do movimento *New Institutional Economics*,<sup>37</sup> vê as comunidades mercantis na diáspora não como redes, mas como sistemas sociais institucionalizados, regidos por crenças, normas e princípios organizacionais que regulam o comportamento dos indivíduos e, por consequência, o funcionamento da comunidade.<sup>38</sup>

Ao comparar as práticas económicas dos judeus Maghribi a operar no Mediterrâneo e no oceano Índico e os Genoveses durante a Idade Média, Greif elege os últimos como veículos de modernidade no mundo mediterrânico. As razões para esta classificação são simples.

Os judeus Maghribi mantinham relações comerciais de longa distância através de um sistema colectivo de relações pessoais, entre si e os seus agentes, baseado em confiança puramente pessoal. Desta forma, o grupo evitava casos de fraude e corrupção no seio dos seus agentes, incentivando a circulação e troca de informações, especialmente de cariz económico. Nos casos em que os agentes traíam a rede, esta iniciava um boicote contra os agentes em causa, excluindo-os.

O sistema colectivo dos Maghribi dependia somente de mecanismos de regulamentação interna, o que tornava a rede e os seus agentes pouco eficientes, uma vez que os boicotes e embargos funcionavam somente contra os indivíduos que partilhavam os mesmos princípios morais dos Maghribi, isto é, outros Maghribi. Esta situação deixava os seus agentes não judeus sem quaisquer mecanismos de fiscalização. Daí que os níveis de confiança entre membros da *ego* rede dos Maghribi e da *alter* rede dos agentes fossem baixos, o que diminuía o grau de confiança entre uns e outros e aumentava, concomitantemente, os riscos e os custos de transação inerentes às trocas entre ambos os grupos.<sup>39</sup>

O século XIII testemunhou uma alteração radical neste tipo de comportamentos comuni-

<sup>35</sup> Abner Cohen, "Politics of the Kola Trade. Some Processes of Tribal Community Formation among Migrants in West African Towns", *Africa: Journal of the International African Institute*, 36-1 (1966), 18-36. Philip Curtin, *Cross-Cultural Trade*.

<sup>36</sup> Trivellato, *The Familiarity of Strangers*, 11-12

<sup>37</sup> O movimento da *New Institutional Economics* iniciou-se com os trabalhos de Douglass North sobre a importância das instituições para o crescimento económico. Vide: D. North, "Institutions", *The Journal of Economic Perspectives*, 5-1 (1991), 97-112. D. North e R. Thomas, "An Economic Theory of the Growth of the Western World", *The Economic History Review*, 23-1 (1970), 1-17.

<sup>38</sup> A. Greif, *Institutions and the Path to the Modern Economy. Lessons from Medieval Trade* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

<sup>39</sup> A. Greif, "Cultural beliefs and the organization of society: A Historical and Theoretical Reflection on Collectivist and Individualist Societies", *Journal of Political Economy* 102:5 (October 1994) 912-950, 912-914.

tários. De acordo com Greif, os genoveses introduziram um sistema individualista, em oposição ao sistema colectivo dos Maghribi, baseado na utilização de uma figura jurídica, nomeadamente as sociedades de responsabilidade limitada, o que lhes permitiu estabelecer uma rede de agentes por contrato, sem incorrer em custos extraordinários e sem perda de reputação em momentos de crise.<sup>40</sup>

O estabelecimento de sociedades de responsabilidade limitada incentivou, simultaneamente, o aparecimento de instituições mais modernas, como foram os casos de novos tipos de contratos notariais, novos códigos legais e um crescimento do número de tribunais que pudessem mediar e decidir sobre a aplicabilidade desses mesmos contratos e códigos. Este crescimento institucional permitiu aos genoveses a contratação de redes de agentes afastados das suas redes ego que passaram a funcionar somente para questões sociais e religiosas e não comerciais.<sup>41</sup>

Trivellato critica Greif acusando-o de simplificar uma realidade de extrema complexidade, quer no caso dos Maghribi, quer no caso dos genoveses. Segundo ela: *'for North and Greif, culture and beliefs can be inferred from economic norms and practices. The presence of laws protecting property rights or of contracts allowing for a clearer division between capital and labor, for example, is exemplary of society that fosters individualism at the expense of corporate belonging. One of the troubling by-products of this kind of economic reductionism is that it presumes a homogeneous society in which everyone participates in the same patterns of change regardless of religious, class, gender, or other differences.'*<sup>42</sup>

Trivellato defende a sua posição argumentando que os resultados do seu estudo, acerca dos judeus portugueses de Livorno, demonstram que a solidariedade comercial colectiva no seio do grupo coexistia e era, muitas vezes, suplantada por relações com agentes fora do grupo, embora a manutenção dessas relações exteriores por vezes só ser possível incorrendo em ilegalidades, devido às leis proibitivas que regiam este tipo de relações. Esta ilegalidade e, em certos contextos, semi-ilegalidade, implicava que os membros da rede dos judeus livorneses não podiam contar com o apoio das instituições estatais para defender os seus interesses, daí que não lhes restasse outra opção que não fosse a auto-organização das suas redes de agentes, sem o apoio, nem os obstáculos, que normalmente acompanham a intervenção das instituições.

Deste debate entre Trivellato e Greif surgiu, nos últimos cinco anos, uma abordagem alternativa de redes, cujo interesse teórico reside na constatação de que todas as redes detêm um determinado nível de auto-organização, utilizando diferentes métodos e instrumentos para a sua auto-regulamentação.

As primeiras explorações teóricas em torno de redes auto-organizadas surgiram com os trabalhos de Margrit Beerbühl Schult, que serviram de mote aos projectos propostos à European Science Foundation através do programa DynCoopNet.<sup>43</sup>

O programa DynCoopNet resultou numa colaboração internacional e multidisciplinar de especialista em redes, cujas premissas teóricas partiam de uma análise das redes do ponto de vista do seu auto funcionamento, privilegiando, para tal, as relações cooperativas entre os seus

<sup>40</sup> A. Greif, "Cultural beliefs and the organization of society: A Historical and Theoretical Reflection on Collectivist and Individualist Societies", *Journal of Political Economy* 102:5 (October 1994), 912-950, 942-943. A. Greif, "Reputation and Coalition in Medieval Trade: Evidence on the Maghribi Traders", *Journal of Economic History*, 49-4 (1989), 857-882.

<sup>41</sup> A. Greif, "Impersonal exchange and the origins of markets: from the community responsibility system to individual legal responsibility in pre-modern europe", Masahiko Aoki and Yujiro Hayami (eds.), *Communities and Markets in Economic Development* (Oxford: Oxford University Press, 2001), 3-41. A. Greif, "Historical and Comparative Institutional Analysis", *American Economic Review*, 88-2 (1998), 80-84. A. Greif, "The Study of Organizations and Evolving Organizational Forms Through History: Reflections from the Late Medieval Family Firm", *Industrial and Corporate Change*, 5-2 (1996), 473-501.

<sup>42</sup> F. Trivellato, *The Familiarity of Strangers*, 17.

<sup>43</sup> M. Beerbühl Schulte, *Kaufleute in London: Welthandel und Einbürgerung (1600-1818)* (Munich: Oldenbourg, 2007). DynCoopNet é a abreviatura de Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Networks in the First Global Age e encontra-se disponível on-line em [www.dyncoopnet-pt/org/](http://www.dyncoopnet-pt/org/), 30 de Janeiro de 2012.

membros, através do estudo dos princípios normativos adoptados por essas mesmas redes. Para os investigadores deste projecto, a imposição destes princípios normativos poderia decorrer de uma forma mais ou menos institucional e ser mais ou menos pacífica, gerando mais ou menos oposição, dependendo das épocas históricas e dos contextos geopolíticos.<sup>44</sup>

Embora o projecto DynCoopNet tenha dado um contributo importante ao estudo de redes auto-organizadas, a sua maior contribuição foi o estabelecimento de uma análise causal entre o aumento do número de redes auto-organizadas a partir de 1400 e o surgimento de um movimento de globalização histórica.<sup>45</sup> Apesar de ser ainda prematuro avaliar o impacto desta prestação científica, ela possibilitou abrir uma nova via de inquérito histórico que privilegia, por um lado, as relações interpessoais de indivíduos nas suas redes *ego e alter*, através da análise de sistemas de cooperação e resolução de conflitos, e por outro lado, de relações entre diversas redes, formalizadas ou não e o impacto das mesmas num contexto histórico abrangente.<sup>46</sup>

Concluiu-se, portanto, que o debate sobre o conceito e o estudo de redes estende-se por mais de oitenta anos, tem capturado a imaginação de investigadores das ciências sociais de vários quadrantes e de diferentes escolas historiográficas. Embora se tenha começado com uma análise simples da relação entre indivíduos, comunidades e o seu funcionamento geográfico, este debate desenvolveu-se rapidamente no sentido de privilegiar as relações interpessoais, primeiro, e inter-redes, depois. As últimas duas décadas testemunharam uma activa participação de historiadores de vários quadrantes nesta discussão, partindo de uma análise de grupos e comunidades baseado em preocupações puramente de identidade e relação económica, passando pela relação entre redes e crescimento económico e terminando com a ligação entre o papel assumido por redes auto-organizadas e o nascimento do processo de globalização.

---

<sup>44</sup> A. Polónia e J. Owens, “Cooperation-Based Self-Organizing Networks in Portuguese Overseas Expansion in the First Global age, 1400-1800”, [www.dyncoopnet-pt/org/working-papers](http://www.dyncoopnet-pt/org/working-papers), 30 de Janeiro 2012. A. Crespo Solana (ed.), *Comunidades transnacionales. Colonias de Mercaderes Extranjeros en el Mundo Atlántico (1500-1830)* (Madrid: Ediciones Doce Calles, 2010).

<sup>45</sup> Rila Mukherjee (ed.), *Networks in the First Global Age, 1400-1800* (Delhi: Primus Books e Indian Council of Historical Research, 2011).

<sup>46</sup> O projecto DynCoopNet já começa a dar os seus frutos como escola historiográfica. Vide: Ana Sofia Vieira Ribeiro, “Mechanisms and Criteria of Cooperation in Trading Networks of the First Global Age. The Case Study of Simon Ruiz Network, 1557-1597” (Diss. de Doutoramento, Universidade do Porto, 2011).